



Deslocamentos Bios Polítikos na Esfera Pública de Visibilidade Midiática¹

Célia Regina da Silva²

RESUMO: Neste trabalho enfocamos a esfera pública de visibilidade midiática e sua relação com o desenvolvimento da ação política por parte de grupos minoritários. Baseamo-nos na hipótese de que este tipo de prática coletiva contribui não apenas para deslocar lugares e vozes na esfera pública, como para surgimento de formas alternativas de visibilidade pública midiática. Eloquência discursiva e o debate são noções fundantes da idéia de esfera pública. A construção e a consagração dessas formas de aparecimento e visibilidade (midiáticas) dependem da ação política compartilhada entre sociedade civil, movimentos sociais, setores do governo, sendo fundamental a busca por espaços de inclusão de grupos ora alijados de voz na esfera pública política e na esfera pública de visibilidade midiática.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Política; Esfera Pública; Esfera Pública de Visibilidade Midiática; Midiativismo.

I - INTRODUÇÃO

A gente nasce com um montão de palavras na barriga. Na vida, a gente vai falando e vai gastando as palavras que tem dentro. Quando todas as palavras acabam, a gente morre.
(pensamento da sociedade Dogon, continente africano)

A paráfrase acima tem ligação física, emocional e lingüística com o ato da fala, com a linguagem, com o discurso e com o debate. O ato da fala ligado à manifestação de idéias, opiniões, sentimentos e afetos. Ou seja, trata-se de um processo vital de significação da existência humana. A finitude das palavras relacionada à finitude da vida. Por sua vez, deslocamento deriva do verbo deslocar, de *des-* + lat. *locare*, ‘colocar’: tirar do lugar em que se encontrava. Fazer mudar de lugar; afastar; desviar³. A perspectiva de deslocamento como sopro avivador enseja elementos físicos vitais ao processo, induzindo a ação, ao movimento e a efeitos. Esses deslocamentos não estão circunscritos somente à instância de força ou campo material. Sim, pois deslocar aqui tem a ver, sobretudo, com mudança, com os sentidos que esta prática pode significar na

¹ Trabalho apresentado ao NP Comunicação para a Cidadania do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) / Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford.
e-mail: celregis@gmail.com

³ Dicionário Aurélio. Versão Eletrônica. Curitiba: Editora Positivo, 2005.



dimensão política da vida pública e das suas transformações, tendo a mídia como agente propulsor.

Assim, este trabalho aponta na direção do que afirma Hannah Arendt sobre a ação política, como condição humana fundamental para a constituição da vida pública, capaz de impulsionar mudanças e deslocamentos, que imputam razão à própria vida social. O “*bios politikos*” se constituindo e alimentado pela ação.

Os deslocamentos entendidos para além de sua acepção física e, sim, como ação necessária à continuidade da vida humana na perspectiva sócio-cultural, ambiental, política e midiática que estes processos suscitam. Assim o falar, o dizer e o fazer seriam atos conectados com uma vertente dinamizadora que impulsiona a vida tanto na sua plenitude existencial como elemento de atuação política. Para uma melhor compreensão do que queremos explicitar, exemplificamos abaixo, três situações da arena pública, emolduradas pelo discurso e pela ação.

Cena 1: Sexta-feira à noite, Lapa, Rio de Janeiro. São quase uma hora da manhã, o burburinho de gente é grande pelas ruas. Ouve-se uma profusão de ritmos, vozes e falares. Lugar da boêmia carioca, este ponto central da cidade é considerado um espaço “democrático”, por agregar uma diversidade de tipos humanos, de classes sociais e realidades diferentes, que ali se encontram para falar, conversarem, trocar idéias, debater em espaços culturais, bares e restaurantes. Neste sentido, a rua torna-se o espaço do lazer, da troca de experiências, da fala, de manifestação cultural, política. O lugar comum é a (re) ocupação de um espaço que mantém a antiga característica acolhedora para o submundo da cidade, revitalizado há cerca de dez anos, com a chegada das juventudes cariocas ao local. Para lá, rumam no fim - de - semana jovens de todas as idades e regiões da cidade, do país, como visitantes estrangeiros que ali encontram um espaço comum de lazer, de trabalho, de exercício de práticas de sociabilidade e culturais.

Em uma garagem que vira palco às sextas-feiras, mais de uma dezena de jovens, de ambos os sexos, na sua maioria, negros, aguardam para começar mais uma “batalha” de *free style*. Nela, ganha quem fizer o melhor improviso. É o dia de “escape” para muitos que trabalham nos escritórios das redondezas, no centro da cidade. Geralmente, trabalham em ocupações bem diferentes, não necessariamente ligadas à música.

A turma é animada, participa com palmas e assobios com as rimas que falam mais pela sonoridade que pelo próprio significado semântico. O que conta aqui é o talento para improvisação. Os temas são diversos, mas, falam na maioria das dificuldades das



juventudes periféricas. As mensagens que têm para passar para outros jovens e para o mundo são feitas através da rima melódica.

Cena 2: Ali perto, na lona do Circo Voador, um Encontro nacional sobre Inclusão Digital reúne setores do governo com grupos dos movimentos sociais, para celebrar os contemplados com os Pontos de Cultura, projeto do governo federal que visa minimizar a brecha digital e cultural no país. Estão presentes novos e antigos participantes do projeto governamental. A cerimônia que conta com a presença do ministro da Cultura, Gilberto Gil, e outras autoridades dos governos federal e estadual, foi permeada pela apresentação de diversas manifestações culturais de diferentes regiões do país, onde os projetos são desenvolvidos. Falam as autoridades do governo, falam os protagonistas e novos sujeitos sociais, ligados aos distintos tipos de projetos culturais. O objetivo comum é a inclusão digital, que é desenvolvida junto a outros projetos culturais pelos grupos beneficiados, a idéia é que inclusão digital e o desenvolvimento de práticas culturais direcionadas estimulem o exercício da cidadania política.

Cena 3: No best-seller, *Desonrada*, Mukhtar Mai, relata a barbárie de que foi vítima por ter sido condenada em sentença ordenada por chefe de uma casta superior a de sua família no Paquistão, cuja pena é a violência sexual. Ela foi violentada por quatro homens. Crime comum contra as mulheres – elas normalmente cometem o suicídio após serem agredidas –, Mukhtar resolveu lutar e denunciar seus agressores. A situação de extrema opressão sexual e social parece ser perpetuada, entre outras razões, pelo fato de as mulheres serem proibidas de estudar. Após sua denúncia às autoridades judiciárias e policiais, o caso chega à imprensa internacional. No meio do processo que coloca Mukhtar Mai no centro de todas as atenções, desde sua aldeia até internacionalmente, ela percebe o quanto o analfabetismo é prejudicial para a sua vida, isto por que reconhece que pelo fato de “não ser capaz de ler e escrever, não poder nem formar opinião própria sobre assuntos importantes”. E mais, tem total consciência que é por meio de sua fala, de sua voz, da exposição de sua situação de violência que poderá ajudar outras mulheres em igual situação. Com a indenização que recebe abre uma escola, com intuito de que ao serem alfabetizadas, as meninas possam ter esclarecimento para lutar contra a situação de opressão contra as mulheres paquistanesas.

O que estas três situações têm em comum? A busca pelo espaço da fala, do discurso, de aparecimento e visibilidade no espaço público. Com isto, pretendemos enfocar o conceito de esfera pública em Habermas e de mundo comum em Hannah Arendt, dois textos clássicos que têm em comum, a esfera da ação comunicativa pontuando a ação



política. Entendendo, pois, da importância histórica destes dois conceitos (esfera pública e mundo comum) para a compreensão da ação política como determinante para a inclusão de grupos minoritários na esfera pública política, assim como para se pensar o próprio modelo democrático brasileiro.

Na esfera pública pensada por Habermas estão inseridos àqueles com o domínio de códigos lingüísticos e gramaticais, a chave de entrada é a eloqüência discursiva. Um atributo concernido apenas aos homens à época. Uma visão patriarcal, que deixava de fora escravos, mulheres e crianças. Já Hannah Arendt aborda a esfera pública, como “mundo comum”, lugar de aparecimento e de visibilidade.

Isto feito, fazemos a intersecção destas duas posições, tendo como mote à problemática da midiática da esfera pública, com o surgimento de esféricas públicas alternativas, periféricas e outras variantes da esfera pública liberal-burguesa.

II - A ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA

A imprensa de opinião tem destaque nas transformações ocorridas na esfera pública, pois é em torno delas que esta se organiza. É uma imprensa de massa, organizada sobre base industrial e orientada para o lucro. (Miége, 1998:4-5). Construída inicialmente nos salões, cafés, teatros no século XVIII e depois através de livros e jornais. Aqui, não se trata de apenas dizer, mas de expor criticamente o que se pensa sobre determinado assunto, ou seja, a razão crítica é a forma de participar da esfera pública e, para tanto, faz-se necessário o domínio das letras. A opinião pública e a esfera pública burguesa vão surgir na trilha da troca de mercadorias e da troca de informações iniciadas com o capitalismo financeiro e mercantil, desenvolvidas com as feiras e os burgos e o surgimento dos primeiros correios e imprensa.

Isto posto, considerando as próprias críticas de Habermas para a decadência da esfera pública com a mercantilização da cultura e do desenvolvimento e influência da mídia na vida social. Ou seja, ainda hoje com as críticas sobre o esfacelamento e a fragmentação da esfera pública, deve-se ressaltar que da importância das ações culturais desenvolvidas na e pelos movimentos sociais como uma alavanca para a inserção de grupos minorizados nas esferas de visibilidade pública.

O modelo de esfera pública liberal burguesa, um dos pontos centrais da Teoria Crítica na segunda metade do século XX, é galgado no processo de formação da opinião pública desenvolvida pelas classes letradas na Europa do século XVIII e XIX. (BRITTES, 2003, 13). Por outro lado, temos de considerar as transformações



ocorridas nas comunicações com a chegada das novas tecnologias, no final do século XX, que vieram modificar radicalmente a forma de produção e recepção das informações, assim como influenciar diametralmente as configurações sócio-econômicas mundiais.

Em *Mudança estrutural da esfera pública*, escrita em 1961, Habermas (1984) define a esfera pública liberal burguesa, como:

“A esfera de pessoas privadas que se reúnem como um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.” (1984:42).

Pode-se perceber nesta definição uma intrínseca relação entre público e privado, e mais, fica evidenciada uma outra categorização, que é a relação entre sociedade civil e Estado. O Estado é a instituição normatizadora das relações, a idéia de bem-comum, tornado público é efetivada com o respaldo estatal. Por outro lado, a idéia de coisa privada, de relação da esfera familiar começa a tomar novos rumos com o aquecimento da economia, sobretudo, com as relações de trabalho. Situações até então circunscritas ao ambiente particular, saltam do patamar privado para o público, o que mudaria “radicalmente *o locus do poder* dos senhores feudais para instituições estatais e cidadãos privados socialmente engajados que havia se tornado públicos.”

(HANCHARD,1999: 44). Assim, pode-se constatar a inter-relação entre o público e o privado destacada por Habermas:

“Assim parece-me compreensível que a autoridade ‘privada’ e ‘pública’ funde-se numa inseparável unidade, já que ambas são a emanção de um único poder, sendo também compreensível que estejam ligadas aos bens fundiários e que possam ser tratadas como direitos privados bem adquiridos.” (HABERMAS, 1984:18)

A tarefa de Habermas nesta obra é análise das origens e transformações da *esfera pública burguesa* como categoria historicamente definida e ligada ao desenvolvimento da sociedade burguesa, não se tratando de o estudo da esfera pública em geral.

Muito embora, tenha raízes na Grécia Clássica, com o advento do século das Luzes assume forma inovadora. Deve-se ressaltar que estas mudanças na esfera pública ocorrem em um contexto frutífero em inovações, “como o desenvolvimento da economia capitalista e do estabelecimento de estado constitucional burguês”.(THOMPSON, 1995: 145). O surgimento da esfera pública burguesa acontece em “espaços culturais que se tornam públicos” envolvendo um campo de tensão entre



Estado e sociedade civil, ou seja, como uma ponte entre a sociedade decadente representada pela corte e a nova sociedade emergente:

“Os herdeiros daquela sociedade de aristocratas humanistas, em contato com os intelectuais burgueses que logo passam a transformar as suas conversações sociais em abertas crítica, rebentam a ponte existente entre a forma que restava de uma sociedade decadente, a corte, e a forma primeira de uma nova: a esfera pública burguesa.” (HABERMAS, 1984)

A citação de Habermas enfatiza a troca de experiências e de conversação realizada entre indivíduos de classes distintas como fator de interação, fundamentais, para o surgimento de um de um espaço que para se efetivar necessita de o domínio da razão comunicativa. Neste tocante, não abordaremos o teor excludente desta premissa de participação.

Dessa maneira, o enfoque que daremos recai sobre a questão da esfera pública como instância onde ocorrem os debates, mas, sobretudo, para entender as intrincadas relações entre a cultura, a política e a comunicação. Pois ao trazermos para os dias atuais, não podemos deixar de considerar que apesar das críticas sobre o desaparecimento e fragmentação da esfera pública com o desenvolvimento da indústria cultural, a própria dinâmica dos movimentos sociais organizados em instituições não-governamentais tem propiciado novas possibilidades de interação, diálogo e debate entre o Estado e a sociedade civil. Essa dinâmica pode significar uma reviravolta, uma reação vigorosa das classes excluídas, via comunicação alternativa, pois a exemplo do que diz o professor Milton Santos sobre a imposição e homogeneidade da cultura de massa sobre a cultura popular: “[...] há também a possibilidade de uma revanche cultural, quando os de `baixo` passarem a difundir sua cultura utilizando os próprios instrumentos da cultura de massa”.

Estas novas configurações da esfera pública são impulsionadas com a chegada de novos sujeitos da comunicação, alijados inicialmente da esfera pública burguesa, que trazem outros tipos de manifestação de discursos ou de esfera pública autônoma ressaltada. “O processo da implementação social somente se efetua em consequência de conflitos políticos e movimentos sociais, de iniciativa de grupos marginais inovadores, e assim por diante” (Habermas, 1987-b) ...“não elimina a ação voltada ao entendimento”.

III - O MUNDO COMUM EM HANNAH ARENDT

“Pensar funciona como um tipo esclarecido de magia que pode substituir evocar e prever a experiência, o mundo, as pessoas e a sociedade. A necessidade da razão confere às possibilidades pressupostas uma coloração de realidade, insufla um tipo



de vida ilusória nos desejos racionais, afasta atualidade inalcançável e recusa-se a reconhecê-la.” (ARENDR, 1994: 21)

Em contraposição à formulação de Habermas para esfera pública, cuja exigência para configuração é o uso da razão comunicativa, com vistas ao direcionamento de objetivos comuns, Arendt defende-a como “lugar de aparecimento”, de visibilidade, de ver e ser visto. Para a autora, a argumentação não é condição primeira para a configuração da esfera pública, e sim, a publicização da questão, da ação, do acontecimento, independentemente da realização de um debate. (BRETON&PROULX, 2002: 196). “Embora contrapostas estas duas acepções se locupletam; pois são elas que vão construir a realidade, ou seja, tanto o “discurso”, como a” ação” são elementos essenciais para a constituição da esfera pública, tendo em vista que um discurso para ter visibilidade carece de um testemunho, que se efetiva no público. (CORTES, 2002:17).

O conceito de mundo-comum elaborado por Arendt, trata-se de um elemento primordial para se pensar o papel da mídia nas sociedades contemporâneas, por sua conexão com a esfera pública (ibidem). E, mais, relaciona o movimento de ação com o novo, por ser o lugar da política e o que nos permite recomeçar. E, ainda, correlaciona com a pluralidade dos seres que habitam o mundo. E esta perspectiva é fundamental, essencial para o fazer político.

A existência de uma esfera pública universal não se coaduna com a perspectiva de fragmentação das relações sociais e dos espaços sociais contemporâneos. Para Arendt, o espaço público é o lugar de ser visto, onde todos se veem e querem ser vistos. Para serem vistos os indivíduos devem partilhar e interagir nos espaços e entre si:

“ Uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência e portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia – luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa na esfera pública.” (2007: 61)

Entretanto, para uma compreensão sobre a polis como espaço de cidadania e da idéia de esfera pública, como espaço comum, são feitos dois tipos de abordagens por Arendt. O primeiro enfoque é do espaço público como testemunha, como o lugar onde as ações conquistam legitimidade por serem vistas e amplamente divulgadas. O segundo, de mundo comum, está relacionado com a idéia de mundanidade, de habitação do espaço mundano independente do papel que ocupa dentro dele.



Ver e ser visto. Na atualidade, as inovações tecnológicas dos meios de comunicação e de informação, somadas ao poder de impacto relativos a simultaneidade em relatar fatos e acontecimentos aceleraram as transformações sociais nas sociedades contemporâneas, moldando atitudes e comportamentos. A idéia de visibilidade, de ver e de ser visto está intrinsecamente ligada ao aparecimento na mídia. Pode-se constatar a ocorrência deste fenômeno, sobretudo, em países em que a mídia televisiva tem um alto poder de penetração coletiva, como e o caso brasileiro. Por isso, na atualidade os acontecimentos que necessitam da presença de organismos estatais, que envolvem à Administração Pública, de pronto são lembradas como interlocutores as emissoras de tevês. O descrédito da população parece ter como causa os seguidos casos de corrupção envolvendo políticos das mais variadas esferas de poder, assim como a falta de compromisso das autoridades com as demandas das camadas empobrecidas. A existência de um espaço público universal não se coaduna com a perspectiva de fragmentação das relações sociais e dos espaços sociais contemporâneos. Para Arendt, o espaço público é o lugar de ser visto, onde todos se veem e querem ser vistos. Para serem vistos os indivíduos devem partilhar e interagir nos espaços e entre si:

Uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência e portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia – luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa na esfera pública. (2007: 61)

Em suma, a citação da autora aponta no sentido de que a própria experiência da vida privada é iluminada pelos lampejos da esfera pública. Uma manifestação muito espertamente percebida pela mídia, com a espetacularização da vida cotidiana. Com isso, cada vez mais a ir (realidade) das telas invade a vida privada. As lutas sociais dos grupos minoritários quando surgem no espaço midiático costumam ocorrer esvaziadas de seus sentidos transformadores que impulsionam o fazer coletivo. Trata-se, portanto, de uma relação conflituosa, pois, por outro lado, os meios de comunicação contribuem para a inserção de grupos minoritários na esfera pública política, ao darem visibilidade as suas vozes.

IV – INTERSTÍCIOS E ANTAGONISMOS NA POLIS

Os pontos de vista de Hannah Arendt e Habermas guardam entre si semelhanças e diferenças. São próximos, mas se diferenciam no tipo de abordagem que cada um



revela para a construção da esfera pública. Em comum, as duas concepções abordam a arte discursiva e o debate como elementos fundamentais para a constituição da esfera pública. Para nós, as reflexões dos dois autores são fundamentais para o entendimento de esfera pública. Apesar das críticas sofridas sobretudo por Habermas, entre outras, por sua aceção patriarcal de esfera pública, sua análise é fundamental, na medida que relaciona a formação da opinião pública e o uso público da razão, com a perspectiva “de a esfera pública ser um processo de formação da opinião pública.”(Brittes, 2003:14) As reflexões da autora, que institui severas críticas ao totalitarismo e à violência, relacionam a esfera pública como espaço de “visibilidade pública, que é responsável pela construção da realidade”. (Telles, 1999:40).

Isto posto, o acesso das camadas periféricas às tecnologias da comunicação e informação têm contribuído e estimulado a participação social e a diversidade na produção de conhecimento. Os conteúdos midiáticos produzidos por grupos comunitários costumam revelar olhares “de dentro” das realidades, mais próximas de seus contextos, de seus interesses, abrindo, talvez, com isso, um canal maior de diálogos⁴ e interação entre as periferias dos centros urbanos. Desse modo, deve-se ressaltar que a interação comunitária com outros setores da área cultural, acadêmica e comunitária é importante para a valorização da diversidade cultural e regional do país. Como lembra Hannah Arendt, “a experiência da pluralidade” pode fazer submergir um mundo centrado nas capacidades coletivas e não na individualidade (ibidem, p.44). Entende-se, portanto, a necessidade de valorizarmos os aspectos afirmativos das trajetórias individuais que culminem em ações coletivas, assim como, projetos que priorizem o desenvolvimento de saberes, de conhecimento e, sobretudo, de reflexão crítica que transitam, na interseção, subjetividade e objetividade, contemplando a riqueza sociocultural das periferias urbanas. Seguindo nesta linha, o caminho que se vislumbra parece ser a criação de esferas de visibilidade pública que mescle elementos do mundo político, da informação e da comunicação em prol da coletividade.

Entretanto, a emergência de um período histórico denominado popular e onde a mídia massiva tenta buscar a homogeneização, portanto, o enfoque na questão da hegemonia elaborado por Gramsci parece o mais adequado para pensar o processo de dominação social. Neste caso, o processo de dominação não é visto apenas como uma imposição a

⁴ “Acabou o tempo em que os colonizadores chegavam, dominavam e usurpavam. Agora tem que negociar” Depoimento de Junior, Coordenador Geral do Grupo AfroReggae, sobre a realização de filme sobre o grupo. Jornal O Globo, 28/04/2005.



partir de “um exterior sem sujeitos”, mas como um processo no qual uma classe hegemoniza, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas”. A prática da produção de novos discursos que contemplem as necessidades dos grupos minorizados funciona como elemento de resistência. O que deveria compor a prática democrática na sua plenitude, e, que podem contribuir tanto para a criação de espaços alternativos de participação, como da criação e ampliação de espaços públicos de visibilidade midiática, para a efetivação de uma comunicação que pode ser essencialmente aliada à cidadania.

Por fim, os estudos de Arendt e de Habermas são fundamentais para se pensar sobre à busca por interstícios e formas alternativas de entrada na esfera pública. Por sua vez, o discurso, o debate e a palavra são elementos primordiais para a constituição da esfera pública, para os dois autores. Tendo em vista, que é através “do debate, do discurso, crítica competente que a esfera pública se constitui para Habermas, e o espaço público só se constitui pelo debate, em Arendt.” (Neves, 2003: 174). Em uma sociedade multifacetada que se revela na fragmentação da esfera pública o sentimento de pertencer parece estar mais relegado ao campo das comunicações, tanto na recepção como na produção e circulação de sentidos.

O que se coaduna perfeitamente com a exigência do surgimento de novos contextos para a ação política, realizadas por outros sujeitos da ação, estes, catapultados na inter-relação das práticas culturais com os processos de comunicação. O que se vislumbra é uma era de confrontos e de dissenso que deverá ser trazida à tona por intermédio da ação política nos movimentos sociais, impulsionados pelos meios tecnológicos, fazendo surgir espaços públicos ampliados, cuja mola-mestra seja a inclusão de grupos historicamente excluídos.

V - ESFERA PÚBLICA ALTERNATIVA E MÍDIATIVISMO

“Ser é ser percebido.”
Berkeley

Nos dias de hoje, nas comunidades populares, tornou-se praxe quando ocorre algum problema – sobretudo, àqueles que deveriam ser solucionados pelas instituições públicas, pelo Estado –, a primeira instituição lembrada é a imprensa. Isto por que parece já entendido do poder de visibilidade proporcionado pela mídia para as suas reivindicações. De certa forma, abandonados pelas instituições estatais encontram nos meios de comunicação brechas, na maior parte das vezes, pontuais e conflituosas para os



seus reclames. Destarte, são “os meios de comunicação comunitários que mais potencializam a participação direta do cidadão na esfera pública comunicacional” (PERUZZO, 2003: 251). Esta relação entre os objetivos da comunicação comunitária e o público compreendendo que uma forma de tornar público os seus interesses comunitários, mais rapidamente atendidos com a visibilidade proporcionada pela mídia, vai ao encontro de duas acepções de direito do cidadão: “o direito à isonomia, que se traduz em igualdade de comunicar e o de isegoria, que é o direito de o cidadão se expressar e ser ouvido”. Sendo estas duas ações propiciadas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação (ibidem).

A produção de novas formas culturais e midiáticas funcionam como agente mobilizador, tanto em nível de produção como de recepção. A prática da produção de novos discursos que contemplem as necessidades dos grupos minorizados funciona como elemento de resistência. O que deveria compor a prática democrática na sua plenitude, e, que podem contribuir tanto para a criação de espaços alternativos de participação, como da criação e ampliação de espaços para a efetivação de uma comunicação negra, que pode ser essencialmente aliada a ação política. Entendendo, pois, da importância da mídia para a o exercício efetivo do processo democrático, pois como ressalta Peruzzo, nos setores subalternizados, as pessoas envolvidas no processo da educação e da comunicação, se apropriam das técnicas, desenvolvem o seu conhecimento e mudam seu modo de ver e se relacionar com a sociedade e os meios de comunicação. (2004: p.49-79).

Assim, faz-se necessário lembrar o papel desempenhado pelas mídias no que tange às mediações sociais, radicalmente definidas por ela. Isso pode ser constatado nas periferias das grandes cidades em que a descrença nos organismos estatais é substituída pela esperança que a mídia proporciona em vários níveis do imaginário social. Não bastasse reproduzir um tipo de vida almejado (da lógica consumista), mas, sobretudo, o papel de interlocutora das vozes oprimidas. Eles acreditam na veracidade de suas intenções. De maneira geral, o que é divulgado na imprensa não costuma suscitar dúvidas na população menos esclarecida. O que se diferencia com os grupos minoritários politizados. Dessa forma, “a mídia exerce o papel de reguladora entre na relação dos indivíduos com o mundo e com seus pares”(PAIVA, 2005: 16). Ou ainda, agem em conformidade com a lógica midiática vislumbrando o aprecio na mídia. (idem, p. 17).



Por outro lado, a vida cotidiana de grupos minoritários passa a ser motivo de espetacularização que é regida pela lógica do mercado e do consumo. Este processo propicia um distanciamento cada vez maior entre aqueles consumidores de produtos midiáticos e aqueles cujo processo de exclusão social os coloca em patamares longínquos na aquisição de bens de consumo. A abertura para o aparecimento e o ocultamento passam a ser reveladas tendo por base os processos de cidadania, mas, crucialmente ligados a violência. (*ibidem*, p.17)

No entanto, a emergência de novos modelos de participação social propiciada pelo advento das inovações tecnológicas podem revelar novas formas de atuação comunitárias, como o surgimento de rádios comunitárias analógicas e digitais, blogs, sites elaborados por grupos minoritários. Surgem novos modelos de produção de sentidos mais condizentes com as realidades retratadas. Este movimento denominado “comunidade gerativa” (*ibidem*, p.22) produz a busca por alternativas, dessa vez ensejadas dentro dos próprios movimentos e grupos minoritários e comunitários. Estas alternativas têm se configurado com espaço que alimenta a produção de discursos na mídia tradicional. Ou seja, entre os grupos minorizados e a mídia tradicional constata-se hoje a presença destes novos interlocutores, cuja proposta é fazer ressonar outras vozes, habitualmente esquecidas pelo esfera pública burguesa.

Com base no processo democrático brasileiro, iniciado nos anos de 1985 com a abertura política para o retorno de lideranças políticas e intelectuais cassadas pelo Regime Militar, deu-se o surgimento de várias organizações sociais. Igrejas, sindicatos, associações de moradores, imprensa comunitária e, principalmente, organizações governamentais com o apoio de agências internacionais, que tiveram papel especial na construção de novos modelos de participação social e de voz das parcelas oprimidas da população. Estas agora estão sendo produzidas por grupos minorizados, que, por meio do acesso e da produção de bens culturais, reinventam outras formas de participação e de colocação no espaço público, não mais como objeto, mas, como sujeitos da ação.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa da imprensa em dissuadir o discurso das diferenças, para impor o discurso da homogeneidade tem sido uma prática utilizada desde o advento dos meios de comunicação de massa. Ao mesmo tempo, a utilização de práticas culturais para



reivindicar, denunciar e criticar remonta aos objetivos pioneiros da idéia de esfera pública, que é o de suscitar o debate. O que se coaduna com o pressuposto de exercício democrático do mundo contemporâneo. Assim, a tentativa da mídia em se manter como espaço de coesão social, tem como antagonistas as dinâmicas culturais e de resistência desenvolvidas por grupos sociais organizados.

Nos tempos atuais, as mudanças e transformações trazidas com o advento das novas tecnologias da comunicação e informação podem ser comparadas àquelas surgidas com o desenvolvimento do capitalismo, da economia e do surgimento da imprensa, contexto em que ocorreram as mudanças e transformações na esfera pública liberal-burguesa. Tal como aconteceu no Iluminismo, estas mudanças afetam diametralmente as economias mundiais, o que reverbera em todos os campos da vida social, sobretudo, no campo das comunicações e do mundo do trabalho, proporcionando o surgimento de novas sociabilidades e formas de interação com o mundo.

A emergência de processos de efetivação democrática demanda mobilização da sociedade civil, que, juntamente, com esferas estatais e privadas podem caminhar, através da intersecção de diálogos possíveis, em prol de uma democracia com atuação direta na inter-relação entre o Estado, a sociedade civil, por intermédio de ações culturais e comunicação. O que pode se refletir na sociedade. Estas alternativas de busca de informação, de conhecimento e, sobretudo, de se fazer ver e ouvir⁵ são revolucionárias e essenciais na conquista da liberdade democrática. Entre as prerrogativas de ativismo político e social, a produção de novas formas culturais e midiáticas funcionando como agente mobilizador, tanto em nível de produção como de recepção. Este modelo de produção de novos discursos parece contemplar as necessidades dos grupos minorizados e funciona como elemento ativador da participação em prol de mudanças sociais. Do público objeto do discurso ao público sujeito do discurso e da ação. Nesta intersecção é que se dá a construção da esfera pública, por conter em seu interior os dois elementos essenciais pregados por Habermas e Arendt, o discurso e a publicização da ação configurados na e pela esfera pública.

Este pode ser então um sinal de (re) apropriação e de recomeço das classes oprimidas, cuja reviravolta pode desembocar numa sociedade mais democratizada, com meios de comunicação mais democratizados, e, conseqüentemente, maior participação crítica e igualitária. Uma utopia?. Contudo, são as visões “utópicas”, como àquelas vislumbradas

⁵ Silva, C. Esperidião, M Cortes, V. Espaço Público no Brasil: visões da tragédia. Revista Estudos em Comunicação. Communication Studies. <http://www.labcom.ubi.pt/ec/02>



por Hannah Arendt e Habermas que trazem luz à temática da participação na esfera pública, e, apontam na direção de novas teorias e paradigmas. A crença e a esperança no futuro podem ajudar na construção de um mundo mais igualitário, mais humanizado e mais criativo. Para tanto, faz-se urgente à construção de novos espaços de visibilidade, ensejando a entrada, a participação e, sobretudo, o poder de decisão para grupos ora alijados de poder.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ TEIJEIRO, Carlos. Merrit, Rosen, Carey. Los teóricos del public journalism. **Comunicación, democracia y ciudadanía: fundamentos teóricos del public journalism**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus-La Crujia, 2000.
- ARENDDT, H. **A Condição Humana**. São Paulo: Forense Universitária, 2001
- _____. **Rahel Varnhagen: A vida de judia alemã na época do romantismo**. Trad. Antônio Trânsito e Gernot Kludasch. Rio de Janeiro:, Relume-Dumará, 1994.
- BRETON, P. & PROULX, S. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BRIGGS, A. & BURKE, P. **Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet**. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias; Rev. Técnica Paulo Vaz.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BRITTES, J. G. Esfera Pública. In. **Internet, Jornalismo e Esfera Pública: estudos sobre o Processo Comunicativo do Ciberespaço na Formação da Opinião**. Tese, USP, 2003.
- CORTES, V.P. A. **A Imprensa e a Problemática Construção de um Mundo Comum no Brasil** In. **Jornalismo no Século XXI: A cidadania**. Hohlfeldt, A. & Barbosa, M (orgs). Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- DOWNING, John. D.H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- FRANÇA, V. Sujeitos da Comunicação, Sujeitos em Comunicação. In. **Na Mídia, na Rua: narrativas do cotidiano**. FRANÇA, V. & GUIMARÃES, C. (orgs).Belo Horizonte: Autentica Editora, 2006.
- FREITAG, B. ROUANET, S.P. (orgs) **Jürgen Habermas, Sociologia**: São Paulo, ed. Ática, 1980.



- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978-b.
- HABERMAS. J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HANCHARD, M. **Cinderela negra: raça e esfera pública no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos (30): 41-59, dezembro de 1996.
- MAIA, R. & CASTRO, M.C.P.S. (orgs). **Mídia, Esfera pública e Identidades Coletivas**. *Belo Horizonte*: Editora UFMG, 2006.
- _____. **A Mídia e o Novo Espaço Público: a reabilitação da sociabilidade e a formação discursiva da opinião**. Comunicação & Política. Rio de Janeiro. n.s. V 5, n°1, janeiro-abril, 1998.
- MIEGE, B. **O Espaço Público: perpetuado, ampliado e fragmentado** In. Novos Olhares - n .3 - 1° semestre de 1999.
- NEVES. A.V. **Espaço Público em Hannah Arendt e Habermas: Em busca de uma reflexão**. In. Temáticas- Revista dos Pós-Graduandos em Ciências Sociais. n.21/22, ano 11, 2003.
- PAIVA, R.& BARBALHO, A. (orgs) **Comunicação e Cultura das Minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.
- PERUZZO, C.M.K. **Mídia Comunitária, Liberdade de Comunicação e Desenvolvimento**. In. **Comunicação para a Cidadania**. PERUZZO, M.C.K .&ALMEIDA, Fernando Ferreira (orgs). São Paulo:INTERCOM; Salvador:UNEB,2003.
- _____. **Participação Popular na Comunicação como Estratégia para Ampliar o Status da Cidadania**. OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). **Comunicação e Política**. Campinas: Alínea, 2004
- RODRIGUES, A. D. **A Constituição do Espaço Público Moderno** In. **Estratégias da Comunicação. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade**. Lisboa, Editorial Presença, 2001.
- SARTORI, G. **A Questão do Consenso** In. **A Teoria da Democracia Revisitada**. Ed. Ática.
- SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002
- SOUZA M. W. (org) **Recepção Mediática e Espaço Público: Novos Olhares**: Paulinas (Coleção Pastoral da Comunicação: teoria e prática. Série comunicação e cultura) São Paulo, 2006.



TELLES.V.S. Política e Espaço Público na Constituição do “Mundo Comum”: Notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **In Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

THOMPSON. J.B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

_____. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998